



Cidades Inclusivas:

Jovens e Tecnologias Abertas no Espaço Urbano

24 a 27 de Novembro de 2015

Recife, **Brasil**

Aviso:

As designações empregadas e a apresentação do material nas páginas desta publicação não implicam na expressão de qualquer opinião por parte do secretariado das Nações Unidas sobre o estatuto jurídico de qualquer país, território, cidade ou área ou de suas autoridades, ou relativo à delimitação de suas fronteiras ou limites em relação ao seu sistema econômico ou grau de desenvolvimento. Passagens podem ser reproduzidas sem autorização, desde que a fonte seja indicada. As opiniões expressas nesta publicação não refletem necessariamente as do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, da ONU-Habitat, das Nações Unidas e de seus estados membros.

Sumário:

Urban Thinkers Campus em números	4
Introdução	5
Princípio(s): A Cidade que Precisamos.....	5
Matriz de Conexões - TCWN 1.0 vs. Novas Recomendações	6
Principais resultados do UTC.....	11
Principais recomendações	11
Agentes de Transformação	12
Fatores Excepcionais.....	12
Soluções Urbanas	13
Convidados.....	15



Urban Thinkers Campus em números



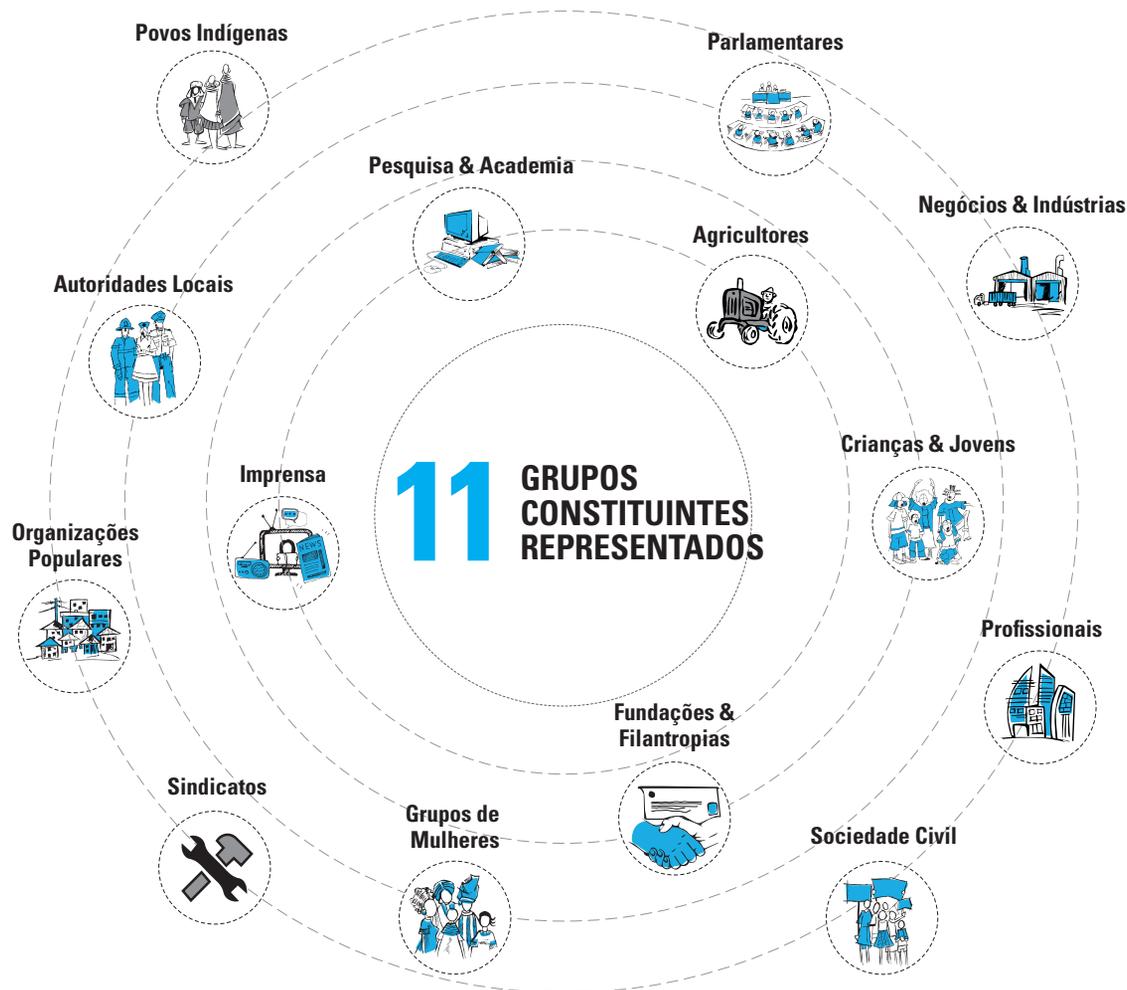
7
PAÍSES
REPRESENTADOS



188
PARTICIPANTES



99
ORGANIZAÇÕES



Introdução



Urban Thinkers Session - 3º Dia © Humberto Reis

A edição brasileira do Urban Thinkers Campus aconteceu no Recife, em Pernambuco, com o tema: *Cidades Inclusivas: jovens e tecnologias abertas no espaço urbano*. A conferência foi a primeira de uma série de três eventos sobre o papel da Cultura no desenvolvimento das Cidades, do programa Cidades Sensitivas, desenvolvido pelo INCITI/UFPE, através de parceria com o Ministério da Cultura. O UTC Recife ocorreu entre os dias 24 e 27 de novembro de 2015 e contou com a participação da sociedade civil, academia e representantes dos setores público e privado que, juntos, compartilharam soluções inspiradoras para a inclusão social a partir da questão central proposta: *Qual cidade precisamos?*

Os debates foram orientados segundo três eixos norteadores: Cultura, Tecnologias Abertas e Espaço Urbano. A temática “Cultura” foi trazida para buscar conexões entre o desenvolvimento urbano, políticas culturais e práticas territoriais. O tema da Tecnologia foi proposto para refletir de forma crítica sobre o discurso das cidades inteligentes, que propõem a otimização da vida cotidiana através dos gadgets, e a questão do Espaço Urbano focou especialmente no papel do espaço público como lugar de aprendizado, acesso a oportunidades e exercício de cidadania. O Urban Thinkers Campus Recife foi organizado pelo INCITI / Universidade Federal de Pernambuco e financiado pelo Ministério da Cultura, Prefeitura do Recife e Iron House.

Princípio(s) A Cidade que Precisamos

1. Socialmente inclusiva
2. Bem planejada, caminhável e com trânsito agradável
3. Regenerativa
4. Economicamente vibrante e inclusiva
5. Identidade singular e senso de pertencimento
6. Segura
7. Saudável
8. Acessível e equitativa
9. Governança em nível metropolitano

Matriz de Conexões - TCWN 1.0 vs. Novas Recomendações

As propostas e os diagnósticos discutidos durante o UTC recife foram sistematizados com base nos 9 princípios propostos. A matriz foi dividida em propostas e recomendações para cada tópico:

A Cidade que Precisamos é...	Recomendações
SOCIALMENTE INCLUSIVA	<p>É necessário investir em políticas de transparência sobre os diversos dados pessoais coletados pelo Estado e por empresas no contexto urbano. É essencial revelar o processo de coleta, uso e apropriação dessa matriz de dados que circulam no espaço virtual, inclusive para estudar sua aplicação na melhoria dos sistemas urbanos.</p> <p>Realizar consultas públicas sobre este tema, envolvendo toda a sociedade, especialmente a juventude e as organizações sociais de base, e não apenas grupos e organizações de grande porte já consolidados.</p> <p>Como ação complementar para promover a transparência e o compartilhamento de informações com a sociedade, é importante estimular o uso de software livre na gestão pública, especialmente em sistemas de informação para gestão e planejamento participativo.</p> <p>A moradia e a apropriação comum do espaço público devem ser tratadas como direitos básicos essenciais, fortemente relacionados com o direito de acesso e uso da terra. Partindo deste princípio, deve-se promover novas formas de produção habitacional, que não sejam baseadas exclusivamente na mercantilização da terra e da moradia. Também não é adequado que a produção de moradias seja conduzida exclusivamente pelo Estado. Faz-se necessário elaborar políticas de produção de moradias que respeitem as identidades e necessidades específicas de cada grupo/povo, estimulando práticas de participação social e autogestão, para construir o habitat urbano com ampla participação da sociedade.</p> <p>A construção de políticas de habitação deve ainda considerar o meio rural como espaço de moradia essencial para grande parte da população, pois, apesar da grande concentração populacional no contexto urbano, há uma demanda habitacional muito importante nas áreas rurais, onde o território de moradia possui uma escala de apropriação do espaço muito diferenciada, e que precisa ser respeitada.</p> <p>Para construção de políticas urbanas inclusivas é importante considerar que muitos dos pequenos processos de mobilização social têm potencial para catalisar grandes transformações, através do esporte e da cultura – por exemplo. Desta forma, recomenda-se que o direito de participar e transformar a cidade (e o lugar / território) seja inserido na educação escolar. Essa educação deve ser baseada no reconhecimento e empoderamento das iniciativas de diálogo que já proponham trocas de saberes em comunidades, fomentando e aprimorando redes de equipamentos sociais, culturais, educacionais, esportivos, e estimulando novos métodos de participação no uso dos recursos.</p> <p>É fundamental fomentar e fortalecer mais iniciativas de colaboração da população das “periferias” para participar da gestão urbana. Periferia não se refere somente às zonas mais afastadas dos centros urbanos (periferia geográfica), mas principalmente aos territórios segregados e com infraestrutura precária dentro das cidades (periferia social). As políticas urbanas devem viabilizar processos de planejamento e gestão participativos que vão além do discurso. Uma das estratégias para alcançar esse objetivo é partir de planos microrregionais, como prática de gestão pública participativa, com mecanismos deliberativos e não apenas consultivos.</p> <p>Faz-se necessário elaborar e aplicar instrumentos de planejamento e gestão pública do território urbano, que sejam efetivamente transparentes, de fácil leitura e compreensão por parte da população. Esses instrumentos deverão servir para que a população conheça o processo de gestão, ajude a construir as políticas para as cidades, incluindo seus instrumentos e recursos.</p>

SOCIALMENTE INCLUSIVA

Neste sentido, propõe-se incentivar a formação de grupos de formação e debate sobre os sistemas de gestão e funcionamento das cidades, bem como criar novos mecanismos de participação nas decisões políticas que afetam a vida de todos. Instrumentos de diálogo entre a sociedade civil e o poder público, estimulando e fortalecendo ações autônomas dos cidadãos no diagnóstico e soluções para os problemas das cidades.

Os equipamentos públicos e mobiliários urbanos precisam expressar a cultura das pessoas, levar em conta as características das novas gerações, cada vez mais familiarizadas com interatividade e simulação.

O tecido urbano precisa ser afetivo, ou seja, quando do planejamento de intervenções no território urbano, faz-se necessário considerar as relações históricas, culturais e afetivas dos cidadãos com sua cidade. O estímulo às práticas de trocas de experiência e de convivência a partir da oralidade, bem como, ações que estimulem a afetividade e a generosidade deverão possibilitar o encontro e o respeito entre os diferentes presentes no espaço urbano. Iniciativas semelhantes poderão estimular o fomento, a criação e a expansão de redes para o desenvolvimento local e regional, incentivando o sentimento de pertencimento.

Em todas essas recomendações, é necessário, portanto, que sejam priorizados os diretos difusos, considerando a cultura local e, para o pleno andamento dessas ações, deverão estar envolvidos crianças, jovens, adultos e idosos.

A Cidade que Precisamos é...**Recomendações****BEM PLANEJADA,
CAMINHÁVEL E COM TRÂNSITO
AGRADÁVEL**

Utilização de tecnologias da informação como estímulo ao uso de diferentes formas de transportes modais, de processos efetivamente participativos de planejamento urbano e planos setoriais em mobilidade urbana. Convocação da população a pensar em como fazer para que hajam percursos inteligentes que possibilitem formas de compartilhamento de rotas e transporte, que mapeiem fluxos mais intensos e proponham novas rotas alternativas. É necessário que se construam sistemas de transporte público que contemplem toda a região metropolitana e tenham seus horários rigidamente observados e disponibilizados, de forma acessível, à população. Também, é importante que se incentive a implantação de jornadas alternativas de trabalho ou “home office”.

As calçadas precisam ser ampliadas – tornarem-se mais largas e passar a ter um programa de manutenção periódica, a fim de que sejam mais acessíveis. Faz-se necessário reduzir a largura das avenidas, estimular a intermodalidade entre trechos a pé, de bicicleta e de transporte coletivo. Deve-se priorizar, melhorar e incentivar o uso de transportes coletivos. É importante que se regulamentem os horários de tráfego de caminhões e aqueles de carga e descarga de mercadorias nos perímetros urbanos.

É preciso que sejam criados espaços de participação na gestão pública, de forma presencial e virtual, a fim de efetivar a participação da população no planejamento urbano e na definição de políticas que atendam à coletividade, com a participação dos diversos setores da sociedade. É importante que se desenvolvam metodologias que conciliem interesses de todos e que usem o diálogo como ferramenta chave na busca de soluções para problemas do transporte público nas cidades e no monitoramento de deliberações, em busca da efetivação de pactos estabelecidos.

O objetivo é melhorar a interação e a troca de experiências entre as diferentes camadas e segmentos sociais que compõem a população da cidade através da criação de espaços comuns que ofereçam segurança e qualidade espacial. Uma maneira possível é por meio da valorização das culturas e vocações locais – atrações descentralizadas e fortalecimento de centralidades interconectadas: criação de espaços de convivência múltipla.

Por fim, é necessária a democratização das mídias e infraestruturas, incentivando o uso de plataformas coletivas e abertas.



A Cidade que Precisamos é...	Recomendações
REGENERATIVA	<p>Desenvolver programas e projetos para tornar acessível a legislação e facilitar a sua observância. Buscar a convergência de ferramentas digitais para o auxílio na governança urbana, prevendo, inclusive, a digitalização dos processos de licenças, de modo a facilitar o acesso público via internet para debates antes da aprovação.</p> <p>Desenvolver leis e mecanismos para responsabilização e punição de gestores públicos que defendem interesses privados em detrimento do cumprimento da função social da propriedade.</p> <p>Elaborar plano de drenagem urbana que contemple a ampliação, manutenção do sistema de drenagem e adaptação às mudanças climáticas.</p> <p>Estabelecer critérios mínimos de direitos e deveres dos agentes públicos e privados para o ordenamento, o uso e a ocupação do solo, sendo continuamente atualizados por meio de projetos coletivos.</p> <p>Ampliar e fomentar canais e redes de participação para promoção de encontros de convivência, lazer e cidadania, a partir do uso do espaço público como ambiente de encontro e aprendizagem.</p> <p>Garantir o acesso universal à infraestrutura, solo e moradia por meio de políticas públicas inclusivas, com investimento em uma cultura política ambiental que envolva práticas educacionais, formais e informais, de cidadania.</p> <p>Promover e fortalecer os espaços de sociabilidade, redes de colaboração e ações coletivas que entendam a cultura como processo de regeneração urbana, priorizando os interesses coletivos em detrimento das forças do capital.</p> <p>Desenvolver políticas e programas de uso democrático e racional dos recursos disponíveis (capital fixo social e ambiental).</p> <p>Definir e implantar incentivos fiscais para empreendimentos e edificações que façam uso de energias renováveis em seus projetos e empreendimentos.</p> <p>Criação de política de convivência, gestão e uso racional da água e estímulo às práticas urbanísticas que se adequem e aproveitem o ambiente natural, por meio de solos drenantes, edifícios verdes, coleta de água das chuvas e reutilização das águas.</p> <p>Elaborar e implementar sistemas de alerta e alarmes em áreas de risco, além de definir e implantar programas educativos nas redes de escolas públicas municipais e estaduais para lidar com o risco e a prevenção de desastres, especialmente naquelas áreas consideradas de risco.</p>
ECONOMICAMENTE VIBRANTE E INCLUSIVA	<p>Aprimorar o uso de tecnologias da informação e comunicação para serem aplicadas na desburocratização e transparência do Estado, bem como na redução de obstáculos para a população acessar oportunidades e realizar seu potencial econômico.</p> <p>Fomentar investimentos em modelos complementares de créditos, bancos e moedas sociais para reduzir a dependência dos sistemas financeiros dominantes que excluem e /ou exploram a população mais vulnerável.</p> <p>Distribuir os investimentos públicos em infraestrutura de forma mais equilibrada e equitativa no território urbano e desfazer a excessiva concentração de recursos nos bairros que já detêm a maior parte dos investimentos públicos e privados.</p>

A Cidade que Precisamos tem...

Recomendações

**IDENTIDADE SINGULAR E
SENSO DE PERTENCIMENTO**

A partir de uma identidade regional, autônoma e progressista, é necessário aplicar o do-in antropológico, ou seja: fortalecer cada rede, cada comunidade, cada conexão que se ocupe em incentivar e contribuir com o processo de afirmação da cultura popular comunitária e digital, a partir da troca de saberes dos pontos de cultura e grupos comunitários. Empreender esforços para a criação de canais de comunicações abertos e livres.

Conectar ferramentas e plataformas de trabalhos livres de modo a atuar na formação multimídia destes pontos, incentivar a produção horizontalizada e de baixo pra cima e investir na divulgação de suas produções em acervos culturais digitais, a exemplo de rádios comunitárias, rádio web, portais como www.iteia.org.br, www.nacaocultural.org.br, www.youtube.com, www.corais.org, redes sociais, blogs e TVs públicas.

Promover programas de capacitação técnica dos agentes públicos para facilitar o acesso e a gestão de recursos na cultura, a fim de potencializar a cultura na raiz da sua criação.

Criar espaços físicos e políticos para experimentação e expressão livre, com grau zero de formalização e codificação do espaço público (terreiros de matriz africana, quermesses e toré), public space for all.

Possibilitar o uso e a ocupação do solo de forma a permitir o imprevisível, o aberto e o inesperado, bem como trazer à tona o sentido de pertencimento e a consequente apropriação dos territórios pelas comunidades.

Aproximar a academia, a gestão pública, os coletivos e os movimentos das realidades locais com o intuito de reunir os saberes entre esses segmentos.

Valorizar as memórias coletivas, proteger e promover o patrimônio local a partir de uma gestão compartilhada.

Incluir a cultura como um vetor do desenvolvimento sustentável e norteador de concepção e gestão de políticas públicas.

Criar programas profissionalizantes para jovens baseados nas culturas locais sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável.

Valorizar a cultura e a história de modo conjugado com o meio ambiente – espaços verdes e espaços de amenidades e encontros, ambientes generosos nas cidades.

Elaborar código de ética para que fornecedores e desenvolvedores de tecnologias de Comunicação e Informação (TICs) para “Cidades Inteligentes”, sejam signatários.

Implantar o formato “Solução Pactuada” em relação a dados e informações capturados e retidos por dispositivos eletrônicos.

Contratos públicos deverão ser abertos e transparentes, principalmente quando relacionados à instância pública de comunicação digital para cidades.

Garantir apoio para desenvolvimento de tecnologia de redes colaborativas e p2p, apoio e fomento para a construção de soluções em software livre e garantias de liberdade para construir suas soluções próprias e específicas para troca de informações em casos particulares e em âmbito comunitário.

Apoiar o desenvolvimento de tecnologias tradicionais e de baixa tecnologia que sejam capazes de mitigar o impacto das mazelas industriais, bem como a inovação tecnológica com base no conhecimento tradicional.

Conhecer, respeitar e dialogar com as especificidades das realidades locais e suas estruturas sociais no momento de implantação de tecnologias ou soluções digitais para a cidade.

Fomento à constituição de redes autônomas de comunicação, Rádio e TV, telefonia e de troca de dados, no âmbito das cidades, de forma a aumentar a independência da lógica mercantil e do poder..



IDENTIDADE SINGULAR E SENDO DE PERTENCIMENTO

Profunda atenção no processo de digitalização do Rádio e da Televisão, de modo a reservar o espaço necessário para a inovação, a criatividade e o senso de comunidade, através da salvaguarda de espaço no espectro eletromagnético para comunicações fora do âmbito dos governos ou corporações.

Estudo aprofundado sobre as consequências da apropriação privada de um bem público e comum (espectro eletromagnético), de modo a congregar atores da sociedade civil, movimentos culturais, habitantes desfavorecidos e agentes urbanos em um plano de utilização do espaço comunicacional sem fio.

Ação imediata pela regulamentação da norma da tripartição do uso do espectro eletromagnético, com a garantia de espaço público, não licenciado e independente, de acordo com as necessidades urbanas e seus agentes sociais.

Fomento para a constituição de instâncias consultivas e decisórias no âmbito das comunicações urbanas sem fio, para que a utilização do espaço não seja restrita a interesses financeiros ou político-partidários.

A Cidade que Precisamos é...

Recomendações

SEGURA

Debater amplamente e revisar o papel da mídia na construção da percepção do medo, do racismo e da discriminação relacionados com a segurança pública. Esta revisão deve resultar em marcos regulatórios sobre o poder de distribuição e produção de conteúdo midiático.

Fomentar a cultura de paz (por meio de diferentes equipamentos – sociais, culturais, esportivos – políticas, canais de mídia, ensino escolar, etc), no sentido de promover o diálogo e o respeito entre diferentes segmentos sociais e culturais.

Revisar o papel dos parâmetros urbanísticos como indutores para redução de barreiras entre os espaços públicos e privados, favorecer a permeabilidade entre a rua e as edificações. Reduzir a velocidade máxima nas vias de automóveis para minimizar acidentes, para melhorar o fluxo coletivo e buscar pacificar a relação entre veículos e pedestres.

Desenvolver uma cultura de conciliação e respeito aos diferentes tipos de transporte. Uma possibilidade é através da implantação de projetos de vias urbanas que não sejam baseados na separação absoluta entre os modos de transportes – carros, bicicletas, pedestres e ônibus. Este tipo de solução estimula a cultura de deslocamentos individuais em altas velocidades, que por sua vez favorecem acidentes e violência no trânsito.

Melhorar a acessibilidade dos espaços públicos por meio de incentivos fiscais, estimulando a recuperação de pavimentos e a eliminação de barreiras arquitetônicas. Estimular o uso e a ocupação dos espaços públicos com eventos para resgatar as oportunidades de encontro e as culturas locais.

Informar e sensibilizar a sociedade em relação aos homicídios cometidos pelo Estado, para promover a desmilitarização do policiamento voltado aos civis. Reestruturar os processos de formação e treinamento dos policiais, com inclusão de normas para tratamento digno de manifestações populares.

Revisar os métodos e procedimentos utilizados para notificar diferentes tipos de crimes, como homicídios e suicídios, evitando a subnotificação e a distorção das estatísticas a respeito da violência



A Cidade que Precisamos é...	Recomendações
SAUDÁVEL	<p>Promover condições para o estabelecimento de redes de convívio entre as pessoas e a natureza em qualquer parte da cidade.</p> <p>Apoiar iniciativas que estimulem o uso de modais não poluentes, fundamentais para a melhoria da qualidade ambiental e social.</p> <p>Incentivar ações para a reconexão e a reintegração da paisagem florestal, a fim de se restabelecer algumas das condições biológicas pretéritas, fundamentais para conferir qualidade ambiental e saúde para a sociedade.</p>
ACESSÍVEL E EQUITATIVA	<p>É necessário instituir espaços efetivos de governança democrática e inclusiva. Mapear e cartografar locais para criar instrumentos que viabilizem o uso de espaços públicos ociosos. Ao mesmo tempo, controlar e vigiar a especulação imobiliária. Rever o papel do judiciário na regulação fundiária urbana, estabelecendo compromissos com a base legal existente: Estatuto da Cidade. Fazer valer o princípio da função social da propriedade rural e urbana, e garantir o acesso ou a permanência na terra, em conjunto com o planejamento territorial.</p> <p>Constituir, com urgência, os sistemas básicos de infraestrutura para atender demandas como saneamento (água, esgoto e lixo) e mobilidade urbana, bem como a necessidade de equipamentos públicos que garantem qualidade de vida (transporte, lazer, educação, cultura, saúde), sobretudo nas áreas onde vivem as populações mais vulneráveis.</p> <p>A produção de moradias deve ser realizada considerando a proximidade com a infraestrutura existente e a acessibilidade aos serviços públicos, como educação, saúde, lazer e também com oportunidades de emprego.</p> <p>Equilibrar a distribuição de investimentos econômicos e as oportunidades de emprego em todo o território urbano, com o objetivo de reduzir o volume de deslocamentos diários da população, reduzindo assim custos financeiros, desperdício de tempo e emissões de gases poluentes.</p> <p>Conceber a cidade como lugar privilegiado para exercício da democracia. Garantir a livre manifestação de ideias e expressões de contestação no espaço público. Combater a repressão e a criminalização dos movimentos sociais.</p> <p>Investir na formação dos gestores e agentes dos serviços públicos, no sentido de melhorar o diálogo com o usuário destes serviços. Aprimorar a gestão pública, incentivando o uso de novos métodos e tecnologias para otimizar o atendimento das demandas da sociedade</p>

A Cidade que Precisamos é...	Recomendações
<p>GOVERNANÇA EM NÍVEL METROPOLITANO</p>	<p>Criar instâncias de governança interfederativa para responder às demandas para gestão integrada dos sistemas urbanos, que extrapolam os territórios das cidades e envolvem diversas áreas de atuação.</p> <p>Investir em formação política e cidadã no âmbito da educação escolar, bem como no fomento aos movimentos sociais formais e informais, no intuito de estabelecer uma descentralização geográfica da gestão territorial, exercida com base em afinidades culturais e vocacionais da população com a gestão local. Estabelecer territórios de gestão urbana local, levando em consideração as afinidades culturais, geográficas e econômicas que envolvem a delimitação territorial.</p> <p>Promover o acesso às informações sobre as cidades através de plataformas permanentes de dados abertos, sempre atualizados, para o monitoramento e acompanhamento do uso dos recursos públicos. Isso pode ser realizado através de ações como: quebra de patentes de softwares, imagens de satélite e bancos de dados de modelagem em Sistemas Integrados de Gestão (SIG) para conhecimento efetivo do território. É necessário incentivar o desenvolvimento de planos, programas e projetos de objetivos múltiplos de forma integrada, além da prevenção e gerenciamento de crises e/ou desastres no meio urbano.</p> <p>Tornar acessível informações técnicas sobre as cidades e estimular a produção de informações em tempo real em parceria com a população local.</p> <p>Fortalecer a interlocução entre os conselhos e comitês ambientais, o poder público e o terceiro setor, no sentido de garantir a participação social nas questões urbanas e a legitimidade das consultas públicas. Criar mecanismos que fortaleçam a acessibilidade à informação e a ampliação de programas de capacitação técnica para os gestores públicos.</p> <p>Incentivar o desenvolvimento de programas de logística reversa de resíduos em nível metropolitano, em colaboração com as empresas geradoras de resíduos.</p> <p>Implantar redes de segurança urbana (alerta/alarmes) compatibilizados com planos de contingência (evacuação urbana), em articulação com as comunidades de cada bairro.</p> <p>Distribuir os recursos públicos, investimentos privados, projetos e ações de forma mais equilibrada entre os diferentes municípios que compõem as regiões metropolitanas, evitando a hiperconcentração de riqueza nos municípios centrais.</p> <p>Respeitar a pluralidade e singularidade cultural de cada localidade para garantir a participação social nas decisões das políticas públicas.</p> <p>Incentivar o desenvolvimento de planos / programas / projetos transdisciplinares com objetivos múltiplos, capazes de promover uma visão mais sistêmica e abrangente dos problemas urbanos.</p>



Principais Resultados do UTC

Os participantes do evento entendem que os discursos sobre as políticas participativas de construção das cidades quase sempre não correspondem à realidade das ações que atingem a maioria da população. Via de regra, a construção do espaço urbano não contempla a diversidade humana, social e cultural existente em cada cidade, promovendo rupturas nas identidades territoriais e culturais, a partir de uma produção imobiliária mercantilista e políticas urbanas excludentes. Este processo tem agravado a segregação do território urbano, ao estabelecer fronteiras entre grupos sociais e favorecer o esvaziamento e a privatização do espaço público. É notória a escassez de espaços públicos que estimulem a convivência com a diferença. O modelo de cidade inteligente que tem sido difundido aponta para uma forte assimetria no controle dos dados existentes sobre as pessoas e o espaço urbano. Atualmente, os cidadãos comuns não têm acesso às bases de dados que são gerados pelo uso de diversos equipamentos na vida cotidiana. Não existem políticas para exercer controle social ou gerir os efeitos do *big data* na gestão pública. Ainda há poucas iniciativas ou incentivos governamentais para promover transparência dos dados públicos e a apropriação colaborativa das tecnologias abertas. As micro transformações urbanas não estão articuladas, tornando-se invisíveis nos diagnósticos elaborados pelos gestores do tecido sócio espacial das cidades.



Cerimônia de Abertura @RafaMedeiros

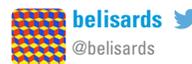
Principais Recomendações

Para construção de políticas urbanas inclusivas é importante considerar que muitos dos pequenos processos de mobilização social têm potencial para catalisar grandes transformações, como as atividades culturais ou esportivas, por exemplo. Desta forma, recomenda-se que o direito de participar da gestão pública e de pensar coletivamente sobre o território urbano seja inserido na educação escolar. Essa educação deve ser baseada no reconhecimento e empoderamento das iniciativas de diálogo que já realizam trocas de saberes em comunidades, fomentando e aprimorando redes de equipamentos sociais, culturais, educacionais e esportivos, estimulando novos métodos de participação no uso dos recursos.

Também faz-se necessário fomentar investimentos em modelos complementares de créditos, bancos e moedas sociais, para reduzir a dependência dos sistemas financeiros dominantes que excluem e /ou exploram a população mais vulnerável. Ainda, devem ser desenvolvidas políticas de fomento à criação de cooperativas, fortalecendo ainda feiras de troca, economia de escambo e economia solidária.

Para garantir a livre manifestação de ideias e expressões de contestação no espaço público, a cidade deve ser concebida como um território livre para o exercício da democracia, sendo necessário combater a repressão e a criminalização dos movimentos de contestação no espaço público.

É necessário que sejam feitos maiores investimentos em políticas de transparência sobre os diversos dados pessoais coletados pelo Estado e por empresas. Faz-se necessário debater a apropriação e a regulamentação do uso e coleta de dados pessoais no contexto das cidades. Considera-se essencial realizar consultas públicas sobre este tema, envolvendo toda a sociedade, especialmente a juventude e as organizações sociais de base, e não apenas grupos e organizações de grande porte já consolidados. Como ação complementar para promover a transparência e o compartilhamento de informações com a sociedade, é importante estimular o uso de *software livre* na gestão pública, especialmente nos sistemas de informações para gestão urbana.



@belisards

26 Nov 2015

Debate sobre ocupações urbanas rolando no
#utcrecife <http://ift.tt/1MU11sy>

<https://twitter.com/belisards/status/669990124202139651>

Agentes de Transformação

A participação de uma grande diversidade de atores sociais é fundamental para o desenvolvimento de políticas para as cidades. Durante o encontro, reconhecemos a ineficácia da categorização ou segmentação da sociedade proposta pela campanha The City We Need. O diálogo e o reconhecimento da alteridade só surge a partir do contato com o outro. O contínuo diálogo entre os setores é necessário para que haja uma verdadeira interação e efetividade das propostas. Além disto, os próprios participantes se reconhecem em múltiplas categorias, não sendo proveitoso reduzir a complexidade e a riqueza dos movimentos e dinâmicas sociais reais a tipos ideais de atores sociais.



Maira Brandão

@brandaomaira

27 Nov 2015

“Everybody is developing this cool apps, but no one is talking about the infrastructure of internet.” Njeri Chumo, do Quênia.
#UrbanThinkers

<https://twitter.com/brandaomaira/status/670258002423848960>



Debate durante o Urban Labs © Ana Luiza

Fatores Excepcionais

O UTC Recife sugere a avaliação da metodologia dos programas Urban Thinkers Campus, valorizando a singularidade das culturas locais e promovendo seu empoderamento na formulação da dinâmica do evento. Ao invés de formatos globais pré-fabricados, o UTC não deveria aplicar em si o ideal de inclusão, garantindo a auto-determinação dos povos na gestão do evento? Observamos que a visão de mundo subjacente às categorizações (metodológicas, temáticas ou de público alvo/atores sociais) elaboradas pela ONU nem sempre coincidem com a perspectiva dos pesquisadores e da população local envolvida.

Outros

Após concluir a elaboração das recomendações do Urban Thinkers Campus Recife, no último dia da conferência, os participantes e organizadores seguiram para o Viveiro de Ideias Urbanas, uma geodésica criada pela empresa BI/OS e instalada na “rua de trás”, a Rua Domingos José Martins, para uma cerimônia de encerramento sem formalidades. Reunidos em um círculo, os participantes foram convidados a falar no microfone, aberto a todos.

“Eu particularmente gosto muito desse tipo de oportunidade de a gente conversar cada um olhando para o outro e expondo suas ideias e contribuições na busca do mesmo objetivo que é transformar nossas cidades em lugares melhores para a gente viver”, disse João Domingos Azevedo, presidente do Instituto Pelópidas Silveira. Para John Fass, um encontro como o UTC Recife, que enfatiza as discussões coletivas na rua, gera mais consequências e pode impactar em mudanças reais. Laura Sobral, do coletivo A Batata Precisa de Você, declarou admirar a conexão que o INCITI faz entre Universidade, o poder público e as relações internacionais. “Estou disposta a contribuir com o que eu puder”, disse.



INCITI
@incitiorg

1 Dec 2015

No encerramento do UTC, a criançada conferiu a história de Morena, a garça azul. Confira mais fotos no nosso Flickr!

<https://twitter.com/incitiorg/status/671773156076625920>

Soluções Urbanas

Mestre Chico, músico, cantor, percussionista, mestre sala, ator, contador de histórias populares africanas e afrobrasileiras de Pelotas, no Rio Grande do Sul, falou ao público sobre liberdade, o significado de seu nome Francisco: “Vamos conquistar a liberdade. Nós não vamos construí-la, vamos conquistá-la. Nós vamos lutar, lutar, lutar. A liberdade: de amar mais, de respeitar mais, de deixar o outro mais livre. Não mais livre. Não aceito mais livre. É ser livre: não precisa ser mais. A liberdade não tem fronteiras, tem que ser total”.

Nesse tom, o professor de arquitetura e urbanismo da UFPE, Roberto Montezuma, coordenador do INCITI/UFPE, encerrou as falas, ressaltando uma cidade onde encontram-se em uníssono as demandas sociais, econômicas e urbanas. “É uma cidade complexa, é uma cidade que abre uma nova perspectiva: essa cidade aberta ao coração, aberta a todos, que coloca-se nesse momento. Viva a cidade aberta!”, concluiu.

O que se seguiu, como em todas as noites do UTC Recife, foi uma celebração do espaço público, da rua pulsante, da cultura popular valorizada, com a participação do Som na Rural no UTC Recife. O projeto Batuqueiros do Silêncio e os grupos De Leão e Bongar fizeram o público dançar, enchendo a rua de vida, música e alegria.

Relacionamos abaixo algumas soluções urbanas e propostas que surgiram durante o UTC Recife:

A cidade, um território social

Encorajar o uso de espaços públicos como locais de encontro e aprendizagem, fortalecimento da cidadania, sociabilidade, cultura local - considerando cada rede e iniciativa territorial como patrimônio imaterial da cidade e potencial agente de transformação. Também é importante estimular o registro e compartilhamento das memórias coletivas sobre o espaço urbano, promovendo trocas, diálogos e respeito mútuo entre diferentes grupos sociais, inspirando a inteligência coletiva para a resolução de problemas urbanos, considerando relações históricas, culturais e emocionais de cada cidade. Criar espaços físicos e políticos para a experimentação e livre expressão, sem necessidade de formalização prévia, incitando a liberdade prepositiva e alternância democrática da ocupação do espaço público. A criação desses espaços físicos pode ser estimulada por meio de práticas de cartografia colaborativa, de maneira a possibilitar o uso de territórios urbanos ociosos e dar visibilidade a iniciativas realizadas pela sociedade civil.



Cerimônia de encerramento na geodésica “Viveiro de Ideias” © Zaca Arruda

Administração, planejamento e governança compartilhada

Para combinar conhecimentos técnicos específicos, a experiência diária do território e seus valores sociais, é necessário fortalecer as conexões entre administração pública, academia, movimentos e coletivos da sociedade civil. Para alcançar isto, as cidades deveriam adotar práticas de planejamento participativo, com caráter consultivo e deliberativo. Isso deveria ser feito por meio de encontros pessoais, como workshops e canais institucionais locais, ou de modo virtual, utilizando plataformas e ferramentas digitais no auxílio à governança urbana. O poder público deveria promover acesso à informação, fornecer conhecimentos sobre legislação e desmistificar ferramentas administrativas, por meio de debates e grupos de estudos. Também deveriam ser realizadas campanhas para incentivar a participação cidadã na supervisão, coadministração e planejamento da cidade. Não apenas o governo deveria ser responsável por conduzir e dar continuidade a este processo, mas a sociedade civil organizada deveria fazer isso também, assim como aqueles agentes não tão organizados, como vizinhos, pesquisadores, profissionais, ativistas e outros, de maneira a possibilitar a descentralização da governança por afinidades culturais da população. As ferramentas usadas para planejamento e administração pública deveriam ser de fato transparentes. Todos os contratos públicos deveriam estar disponíveis para o público na internet, de um jeito simples e compreensível, garantindo a participação social e o respeito pela identidade local nas decisões públicas e políticas.

Mobilidade Urbana

Engajar a população local no planejamento da mobilidade urbana, estimulando novos hábitos em relação a deslocamentos não-motorizados (a pé e de bicicleta) e ao uso de transporte público, assim como o compartilhamento de rotas e viagens em modos de transporte particulares. Outra medida seria a redução da velocidade máxima nas vias motorizadas, tornando as viagens mais seguras em todas as modalidades de transporte e promovendo mútuo respeito entre os modais.

Igualdade como princípio

Equilibrar a distribuição dos investimentos econômicos, oportunidades de trabalho e infraestrutura urbana (esgoto, transportes, e equipamentos de educação, cultura e saúde, entre outros) em toda a região metropolitana, de forma a minimizar o impacto das diferenças econômicas e sociais.

Habitação

Promover novas formas de desenvolvimento habitacional que não sejam baseados exclusivamente na exploração comercial da terra e da moradia.



Sessão Constituinte © Alice Morais

Facilitar o desenvolvimento de políticas de habitação que respeitem as necessidades específicas e identidade de cada grupo, promovendo práticas de participação social e autogestão. Reforçar o princípio da função social de propriedades urbanas e rurais e garantir o acesso e a permanência na terra, em conjunto com o planejamento territorial.

Sistemas financeiros independentes

O uso de tecnologias livres e de código aberto em administrações públicas deveria ser obrigatório, garantindo o compartilhamento e a divulgação de toda informação aberta produzida pelas instituições governamentais. O acesso à informação sobre as cidades deveria também ser promovido através de plataformas permanentes de código aberto, sempre atualizadas para monitoramento e acompanhamento do uso dos recursos públicos. Informações técnicas sobre as cidades deveriam ser acessíveis para encorajar a produção de informação em tempo real, junto com a população local. Dar suporte e promover o desenvolvimento de soluções em softwares de código aberto deveria ser uma prioridade nas políticas de Estado, assim como possibilitar a liberdade para criar soluções específicas para a troca de informações sobre determinados casos, em nível comunitário. Além disso, é urgente compreender o investimento tecnológico, não só como a compra de equipamentos importados da indústria de TI, mas também tendo em mente o papel crucial das tecnologias tradicionais e “da ponta”, das comunidades, ambas capazes de mitigar o impacto de problemas industriais, criando políticas de inovação tecnológica baseadas em conhecimentos tradicionais.

Comunicação

É necessário compreender o espectro eletromagnético [1] como recurso chave do espaço urbano, criando mecanismos institucionais de reconhecimento deste como bem comum e que garanta frequências (Rádio, UHF, VHF, Wifi, telefonia móvel e outros) de forma gratuita, sem fins lucrativos e possibilitando o uso autônomo pela sociedade civil. É imprescindível promover o desenvolvimento de redes de comunicação independentes pela sociedade civil, em diferentes mídias, tais como rádio ou televisão, plataformas de telecomunicação livres para a troca de dados que promovam inovação e liberdade criativa.²

1 espectrolivre.org

2 E.g. plataformas livres na web conhecidas no Brasil pela sua produção cultural: www.iteia.org.br, www.nacaocultural.org.br, www.corais.org

Convidados

ALEXANDRE RAMOS, ProRural - Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural do Estado de Pernambuco

ANA VANESKA, Fórum de Arte e Cultura do Subúrbio

ANDRÉ ARARIPE, Centro Cultural Luiz Freire (CCLF)

BRENO LACET, Love Fútbol

CAMILO CANTOR, Cartografias Sonoras

CLAIRTON DA SILVA, Instituto Marcos Ninguém de Permacultura

DOMENICA RODRIGUES, Plan International

EDGEISON RODRIGUES, Visão Mundial / Rede Cuca Fortaleza

EVANIZA RODRIGUES, União Nacional de Moradia Popular (UNMP)

GABRIELA AUGUSTINI, Olabi

GERALDINE DE BASTION, GiG Berlin

GUITINHO DA XAMBÁ, Nação Xambá

GUSTAVO RESTREPO, Universidad Pontificia Bolivariana

HAROLDO PINHEIRO, Conselho de Arquitetos e Urbanistas (CAU/BR)

JOHN FASS, Royal College of Arts



John Fass
@johnfass

27 Nov 2015

Collective reasoning and authorship of recommendations for urban development @ UNHABITAT @incitiorg

<https://twitter.com/johnfass/status/670357291410046976>



ricardo brasileiro
@rbrazileiro

26 Nov 2015

O nosso povo ainda não descobriu que nós somos o poder. Mãe Lúcia de Oya. #utrecife #UrbanThinkers

<https://twitter.com/rbrazileiro/status/669874920755720192>

KATHARINE DINIZ, LabCEUs

LAURA SOBRAL, Movimento A Batata Precisa de Você

LIDUÍNA LINS, Ciclocidades

MÃE BETH DE OXUM, Centro Cultural Coco de Umbigada

MÃE LÚCIA DE OYÁ, Ilê Axé Oyá Togun

MARIA ADÉLIA BOSTELMAN, Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

MESTRE CHICO, mestre da Cultura Popular

MILTON LEITUGA, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

MARTHA NJERI CHELIMO, Global Innovation Gathering / Dev School

PABLO OXAGUIAM, Juventude Nacional dos Terreiros

PAULO LARA (PAJÉ), LabCEUs

PEDRO M. R. SALES, Escola da Cidade

PEDRO ROSSI, Instituto de Educação Superior da Paraíba

THÁIS BRITO, Cine Kurumin

THIAGO CARRAPATOSO, Theatro Municipal Digital de São Paulo

Lista dos países participantes

- | | | |
|-----------------|--------------|-----------|
| 1. Brasil | 4. Alemanha | 7. França |
| 2. Grã-Bretanha | 5. Colômbia | |
| 3. Quênia | 6. Argentina | |

Lista das organizações participantes

- | | |
|--|---|
| 1. A Batata Precisa de Você | 26. Faculdade Damas |
| 2. Acessibilidade Comunicacional | 27. Faculdades Integradas Barros Melo (AESO) |
| 3. Ameciclo | 28. FASE |
| 4. Arquitetura urbana | 29. Fórum de Arte e Cultura do Subúrbio |
| 5. Atmosphaera Plantas e Paisagismo | 30. Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe) |
| 6. Banco Safra | 31. Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) |
| 7. Centro Cultural Coco de Umbigada | 32. GiG Berlin |
| 8. Centro Cultural Luiz Freire (CCLF) | 33. Global Innovation Gathering / Dev School |
| 9. Centro de Informática UFPE | 34. Goethe Institut |
| 10. CESAR - Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife | 35. Gráfica Lenta |
| 11. Ciclocidades | 36. Guia Comum do Centro do Recife |
| 12. Cine Kurumin | 37. Habitat para a Humanidade Brasil |
| 13. COLABORATORIO - CARTOGRAFÍAS DEL AZAR | 38. Ilê Axé Oyá Togun |
| 14. Companhia Editorial de Pernambuco (CEPE) | 39. Ilê Axé Oxum Karê |
| 15. Conselho de Arquitetos e Urbanistas do Brasil (CAU/BR) | 40. Imprensa |
| 16. Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Pernambuco - CAU/PE | 41. Instituto Cultural Ânima |
| 17. Consulado Geral da França no Recife | 42. Instituto de Educação Superior da Paraíba |
| 18. Coque Vive | 43. Instituto de Tecnologia de Pernambuco |
| 19. Dajaneladomeuonibus | 44. Instituto Espaço Sitiê |
| 20. Diafragma | 45. Instituto Federal de Pernambuco |
| 21. Diário de Pernambuco | 46. Instituto Marcos Ninguém de Permacultura |
| 22. Escola da Cidade | 47. Instituto Pelópidas Silveira |
| 23. ETAPAS | 48. Iron House |
| 24. Elcoma | 49. Juventude Nacional dos Terreiros |
| 25. FabLab Recife | 50. LabCEUS |

51. LabRua
 52. Liquid Media Laab
 53. Love.Futebol
 54. Marco Zero Conteúdo
 55. MOVIMENTO CULTURAL FAZENDO ARTE
 56. Ministério da Cultura / Secretaria de Políticas Culturais
 57. Ministério da Cultura / Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural
 58. Movimento Ocupe Estelita
 59. Nação Xambá
 60. Oi Kabum
 61. Olabi Makerspace
 62. Orbe Consultoria
 63. Paço Alfândega
 64. Paço do Frevo
 65. Philips
 66. Plan International
 67. Porto Digital
 68. Praias do Capibaribe
 69. Prefeitura do Recife
 70. Prefeitura do Recife/ Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade
 71. Prefeitura Municipal de Olinda
 72. ProRural - Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural do Estado de Pernambuco
 73. Pontão Arroios
 74. Rede Cuca Fortaleza
 75. Representação Regional Nordeste do Ministério da Cultura
 76. Royal College of Arts
 77. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação de Pernambuco
 78. Secretaria Nacional de Juventude
 79. Serttel
 80. Smart Sat
 81. Softex
 82. Som na Rural
 83. Studio Z7
 84. Theatro Municipal Digital de São Paulo
 85. Torre Malakoff
 86. UFPE - Pró-reitor para assuntos acadêmicos
 87. UFRPE - Departamento de Fisiologia
 88. União Nacional de Moradia Popular UNMP
 89. Universidade Católica de Pernambuco (Unicap)
 90. Universidade Estadual do Sudoeste Baiano
 91. Universidade Federal de Pernambuco
 92. Universidade Federal do Rio de Janeiro
 93. Universidade Federal de Pernambuco - Arquitetura e Urbanismo
 94. Universidade Federal do Rio Grande do Norte
 95. Vaastu
 96. Vagalume
 97. Visão Mundial
 98. Voxar Labs
 99. 3Ecologias
- 



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO



utc.inciti.org

UN HABITAT

United Nations Human Settlements Programme
P.O. Box 30030 Nairobi 00100, Kenya

World Urban Campaign Secretariat
www.worldurbancampaign.org
Email: wuc@unhabitat.org
Tel.: +254 20 762 1234

www.unhabitat.org